



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

RENATO SOUZA DA SILVA – MDB
JAIR ARDENCHY – PODEMOS
RAFAELA VILLAMIL RIBEIRO – PSD

DATA: 20/05/2024

I - ABERTURA E VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA

Presidente: Havendo número legal declaro aberta a reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. II – Solicito ao Secretário a leitura da ata da reunião anterior.

Em discussão a Ata. Em votação a Ata. Os Vereadores que aprovam permaneçam como estão e os contrários queiram se manifestar.

III – Comunicação das matérias encaminhadas pela Mesa Diretora.

Processo:297 /2024

PL n.º 051/2024

Autor: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: “ALTERA A LEI ORDINÁRIA N.º 210/2003, QUE "CRIA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RELATOR:

Processo:298/2024

PL n.º 052/2024

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: “INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE ACEGUÁ/RS - FUMDEC”.

RELATOR:

Processo:308/2024

PL n.º 053/2024

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: “CRIA AÇÕES NO PPA E LDO E AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS DE NATUREZA ESPECIAL NO VALOR GLOBAL DE R\$13.000,00”.

RELATOR:

Processo:309/2024

PL n.º 054/2024



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ACEGUÁ
Estado do Rio Grande do Sul
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CLJRF

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RECEBER BEM IMÓVEL EM DOAÇÃO”.

RELATOR:

REDAÇÃO FINAL

PL n.º 021/2024

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: " CRIA FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-FME ".

PL n.º 030/2024

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: "ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º.108, DE 1. ° DE OUTUBRO DE 2002, ALTERADA PELA LEI MUNICIPAL N.º.1.405/2015"

PL n.º 039/2024

AUTOR: PODER EXECUTIVO

ASSUNTO: "ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º.633/2008".

IV – Discussão sobre realização de audiência pública, consulta pública, diligência ou convocação de autoridade governamental para

V – prestar esclarecimento e as respectivas providências.

VI – Apresentação de voto de relatoria.

VII – Discussão e deliberação do voto da relatoria.

VIII – Concessão de vista do processo, da proposição e do voto de Relatoria, se houver solicitação.

IX – Discussão sobre realização de audiência pública, consulta pública, diligência ou convocação de autoridade governamental para prestar esclarecimento e as respectivas providências.

X – Apresentação de voto de relatoria.

XI – Discussão e deliberação do voto da relatoria.

XII – Concessão de vista do processo, da proposição e do voto de Relatoria, se houver solicitação.

XIII – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO.